



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da prova discursivaCaso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever as respostas das questões discursivas, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Entre a cruz e a caldeirinha

“Quantas divisões tem o Papa?”, teria dito Stalin quando alguém lhe sugeriu que talvez valesse a pena ser mais tolerante com os católicos soviéticos, a fim de ganhar a simpatia de Pio XI. Efetivamente, além de um punhado de multicoloridos guardas suíços, o poder papal não é palpável. Ainda assim, como bem observa o escritor Elias Canetti, “perto da Igreja, todos os poderosos do mundo parecem diletantes”.

Há estatísticas controvertidas sobre esse poder eclesial. Ao mesmo tempo que uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas indica que, a cada geração, cai o número de católicos no Brasil, outra, da mesma instituição, revela que, para os brasileiros, a única instituição democrática que funciona é a Igreja Católica, com créditos muito superiores aos dados à classe política. Daí os sentimentos mistos que acompanharam a visita do papa Bento XVI ao Brasil.

“O Brasil é estratégico para a Igreja Católica. Está sendo preparada uma Concordata entre o Vaticano e o nosso país. Nela, todo o relacionamento entre as duas formas de poder (religioso e civil) será revisado. Tudo o que depender da Igreja será feito no sentido de conseguir concessões vantajosas para o seu pastoreio, inclusive com repercussões no direito comum interno ao Brasil (pesquisas com células-tronco, por exemplo, aborto, e outras questões árduas)”, avalia o filósofo Roberto Romano. E prossegue: “Não são incomuns atos religiosos que são usados para fins políticos ou diplomáticos da Igreja. Quem olha o Cristo Redentor, no Rio, dificilmente saberá que a estátua significa a consagração do Brasil à soberania espiritual da Igreja, algo que corresponde à política eclesial de denúncia do laicismo, do modernismo e da democracia liberal.

A educadora da USP Roseli Fischman, no artigo “Ameaça ao Estado laico”, avisa que a Concordata poderá incluir o retorno do ensino religioso às escolas públicas. “O súbito chamamento do MEC para tratar do ensino religioso tem repercussão quanto à violação de direitos, em particular de minorias religiosas e dos que têm praticado todas as formas de consciência e crença neste país, desde a República”, acredita a pesquisadora. Por sua vez, o professor de Teologia da PUC-SP Luiz Felipe Pondé responde assim àquela famosa pergunta de Stalin: “Quem precisa de divisões tendo como exército a eternidade?”

(Adaptado de Carlos Haag, **Pesquisa FAPESP** n. 134, 2007)

1. A expressão *entre a cruz e a caldeirinha* indica uma opção muito difícil de se fazer. Justifica-se, assim, sua utilização como título de um texto que, tratando da atuação da Igreja, enfatiza a dificuldade de se considerar em separado
- (A) a ingerência eclesial nas atividades comerciais e nas diplomáticas.
 - (B) a instância do poder espiritual e o campo das posições políticas.
 - (C) o crescente prestígio do ensino religioso e a decadência do ensino laico.
 - (D) os efetivos militares à disposição do Papa e a força do pontificado.
 - (E) as denúncias papais do laicismo e os valores da democracia liberal.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. As frases de Stalin e de Elias Canetti, citadas no 1º parágrafo, revelam critérios e posições distintas na avaliação de uma mesma questão.
 - II. Na Concordata (referida no 3º parágrafo), a Igreja pretende valer-se de dispositivos constitucionais que lhe atribuem plena autonomia legislativa.
 - III. A educadora Roseli Fischman propõe (4º parágrafo) que o ensino religioso privilegie, sob a gestão direta do MEC, minorias que professem outra fé que não a católica.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerado o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *o poder papal não é palpável* = o Papa não dispõe de poder considerável.
 - (B) *parecem diletantes* = arvoram-se em militantes.
 - (C) *com créditos muito superiores* = de muito maior confiabilidade.
 - (D) *repercussões no direito comum interno* = efeitos sobre o direito canônico.
 - (E) *denúncia do laicismo* = condenação dos ateus.

4. Ao se referir ao poder da Igreja, Elias Canetti e Luis Felipe Pondé
- (A) admitem que ele vem enfraquecendo consideravelmente ao longo dos últimos anos.
 - (B) consideram que, na atualidade, ele só se manterá o mesmo caso seja amparado por governos fortes.
 - (C) afirmam que nunca ele esteve tão bem constituído quanto agora, armado da fé para se aliar aos fortes.
 - (D) lembram que a energia de um papado não provém da instituição eclesial, mas da autoridade moral do Papa.
 - (E) advertem que ele não depende da força militar, uma vez que se afirma historicamente como poder espiritual.

5. Na frase *Quem precisa de divisões tendo como exército a eternidade?*, o segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido e a correção, por
- (A) ao ter no exército sua eternidade?
 - (B) fazendo do exército sua eternidade?
 - (C) contando na eternidade com o exército?
 - (D) dispondo da eternidade como exército?
 - (E) provendo o exército assim como a eternidade?



6. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Deve-se firmar alguns acordos entre o Vaticano e o Brasil durante as discussões da Concórdata.
- (B) Nunca chegou a preocupar Stalin, naturalmente, os guardas suíços que constituem a segurança do Vaticano.
- (C) Ao se deterem na estátua Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, os olhos de um turista não verão o que de fato ela consagra.
- (D) As concessões vantajosas que pretendem obter, nas discussões da Concórdata, a Igreja Católica, dizem respeito a questões polêmicas.
- (E) Muitas repercussões passarão a haver no direito interno, caso a Concórdata consagre os acordos que constituem o principal interesse da Igreja.
-
7. Está correta a flexão de todas as formas verbais da frase:
- (A) Tudo o que advir como poder da Igreja tem correspondência com o plano simbólico e espiritual.
- (B) O poder civil e a esfera religiosa nem sempre convivem quanto à busca de um sereno estabelecimento de acordos.
- (C) Ao longo da História, nações e igrejas muitas vezes se absteram de buscar a convergência de seus interesses.
- (D) A pergunta de Stalin proveu de sua convicção quanto ao que torna de fato competitivo um país beligerante.
- (E) Ciente da fragilidade militar da Igreja, o ditador não se conteve e interveio na História com a famosa frase.
-
8. A frase que admite transposição para a **voz passiva** é:
- (A) Perto da Igreja, todos os poderosos do mundo parecem diletantes.
- (B) A Concórdata poderá incluir o retorno do ensino religioso.
- (C) Há estatísticas controvertidas sobre esse poder eclesiástico.
- (D) Não são incomuns atos religiosos com finalidade política.
- (E) O Brasil é um país estratégico para a Igreja Católica.
-
9. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto.
- (A) Deve de ser preocupante para os católicos, que eles venham caindo de número nas estatísticas, em conformidade com a Fundação Getúlio Vargas.
- (B) Mau-grado seu desempenho nas estatísticas da FGV, esta mesma instituição considera que a Igreja tem mais prestígio que outras classes.
- (C) A mesma Fundação em que se abona o papel da Igreja como democrática, é também a instituição em que avalia seu decréscimo de fiéis.
- (D) Não obstante esteja decrescendo o número de fiéis, a Igreja, segundo a Fundação Getúlio Vargas, é prestigiada como instituição democrática.
- (E) A FGV, em pesquisas atinentes da Igreja Católica, chegou a resultados algo controversos, seja pelo prestígio, seja pela contingência do seus fiéis.
-
10. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Se o Papa dispusesse de inúmeras e bem armadas divisões, talvez Stalin reconsiderasse sua decisão e buscasse angariar a simpatia de Pio XI.
- (B) Como alguém lhe perguntou se não é o caso de ganhar a simpatia de Pio XI, Stalin lhe respondera que ignorava com quantas divisões conta o Papa.
- (C) Caso o Brasil não fosse um país estratégico para a Igreja, a Concórdata não se revestirá da importância que lhe atribuíram os eclesiásticos.
- (D) São tão delicadas as questões a serem discutidas na Concórdata que será bem possível que levassem muito tempo para desdobrar todos os aspectos.
- (E) Roberto Romano lembra-nos de que já houve, na História, atos religiosos que acabassem por atender a uma finalidade política que é prevista.
-
- Atenção:** As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.
- A leitura dos clássicos**
- Os **clássicos** são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, preservando-se no inconsciente.*
- Por isso, deveria existir um tempo na vida adulta dedicado a visitar as leituras mais importantes da juventude. Se os livros permaneceram os mesmos (mas também eles mudam, à luz de uma perspectiva histórica diferente), nós com certeza mudamos, e o encontro é um acontecimento totalmente novo.*
- Portanto, usar o verbo ler ou o verbo reler não tem muita importância. De fato, poderíamos dizer: toda releitura de um **clássico** é uma leitura de descoberta, como a primeira.*
- (Ítalo Calvino, "Por que ler os **clássicos**")*
-
11. Da leitura do texto depreende-se que os **clássicos**
- (A) exercem grande efeito sobre nós, a menos quando se infiltram nas regiões do nosso inconsciente.
- (B) adquirem especial sentido quando lidos na adolescência, idade em que nos revelam toda a sua grandeza.
- (C) podem ser relidos sem que percam, por isso, o poder de revelação que demonstraram na primeira leitura.
- (D) mudam de valor a cada vez que os lemos, já que o tempo vai esmaecendo a importância de cada leitura.
- (E) gravam-se em nossa memória segundo a importância que tiveram para as gerações precedentes.



12. Atente para as seguintes afirmações:
- A releitura de uma obra clássica é reconfortante pela recuperação exata do sentido que já lhe atribuímos no passado.
 - Uma nova perspectiva histórica pode ser determinante para uma nova compreensão de uma mesma obra clássica.
 - Assim como nós podemos permanecer os mesmos ao longo do tempo, o sentido de uma obra clássica pereniza-se na história.
- Em relação ao texto, APENAS está correto o que se afirma em:
- I.
 - II.
 - III.
 - I e II.
 - II e III.
13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
--se (**atribuir**) aos clássicos a propriedade de nos encantar em qualquer tempo ou idade que os busquemos.
 --se (**distinguir**) os clássicos pelo fato de conservarem o mesmo poder de revelação ao longo do tempo.
 --nos (**impressionar**) nos clássicos o sentido de uma perenidade que não implica cristalização.
 --se (**queixar**) dos clássicos apenas quem os lê com a desatenção ou o desamor das tarefas obrigatórias.
 --nos (**confortar**) nos clássicos a companhia dos mais altos valores humanos que põem à nossa disposição.
14. ...*toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta, como a primeira.*
- Uma nova, clara e correta redação da frase acima apresenta-se em:
- Tal como a primeira, as outras leituras de um clássico sempre constituem uma revelação.
 - Sendo de um clássico, todas as outras leituras são como de primeiras descobertas.
 - É como se fosse uma primeira leitura de um clássico todas as descobertas que ele nos proporciona.
 - Assim como é uma descoberta a leitura de um clássico, outras leituras também serão como a primeira.
 - Todas as leituras de um clássico, haja vista a primeira, têm aquela mesma revelação.
15. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- Os clássicos são livros em cuja particular influência torna-os inesquecíveis.
 - As dobras da memória, onde se ocultam imagens dos clássicos, são o refúgio do inconsciente.
 - Há um tempo na vida adulta no qual poderíamos utilizar para uma redescoberta dos clássicos.
 - A perspectiva histórica é determinante, por cuja os clássicos ganham um novo significado.
 - O poder de revelação de que se imbuem os clássicos acaba por nos revelar para nós mesmos.
16. Os *notebooks* PC quando se apresentam sob a marca Intel Centrino significa que estes computadores são caracterizados por
- um processador da família Centrino, apenas.
 - um processador da família Pentium M, apenas.
 - uma plataforma que combina um processador e um *chipset* específicos, apenas.
 - uma plataforma particular que combina um processador e uma interface de rede sem fio, apenas.
 - uma plataforma particular que combina um processador, um *chipset* e uma interface de rede sem fio.
17. A seleção do esquema de energia com as configurações mais adequadas ao computador poderá ser executada no Windows XP por meio da janela Propriedades de Vídeo, na guia
- Temas.
 - Aparência.
 - Proteção de tela.
 - Área de trabalho.
 - Configurações.
18. Para inserir um cabeçalho em um documento inteiro do Word a partir da segunda página, pode-se
- definir a página 1 como Seção 1, sem cabeçalho, e as demais páginas como Seção 2, com cabeçalho.
 - selecionar "Diferente na primeira página" em "Cabeçalhos e rodapés" na guia *Layout* de Configurar Página e deixar a página 1 sem cabeçalho e as demais páginas com cabeçalho.
 - posicionar o cursor na página 2 e inserir o cabeçalho na página 2, que o Word expandirá automaticamente somente para as demais páginas seguintes da seção.
- Está correto o que se afirma em
- I, apenas.
 - II, apenas.
 - III, apenas.
 - I e II, apenas.
 - I, II e III.
19. Ao digitar a letra de uma unidade e o nome de uma pasta (por exemplo, C:\Arquivos de programas) na barra de Endereços do Internet Explorer e pressionar ENTER,
- o conteúdo da pasta será exibido em uma nova janela.
 - o conteúdo da pasta será exibido na mesma janela.
 - nada acontecerá porque o comando não é reconhecido.
 - uma mensagem de erro será exibida.
 - uma nova janela em branco será aberta.
20. Para copiar um arquivo de uma pasta para outra, dentro da mesma unidade (*drive*), pode-se arrastar o arquivo com o mouse da pasta de origem para a pasta de destino, mantendo pressionada a tecla
- Shift.
 - Ctrl.
 - Tab.
 - Alt.
 - Insert.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Constitui meio de exercício da soberania popular, previsto na Constituição Federal, dentre outros,

- (A) a lei delegada.
- (B) o plebiscito.
- (C) a resolução.
- (D) a medida provisória.
- (E) a lei ordinária.

22. Conforme previsão expressa contida na Constituição Federal, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana, sendo correto afirmar que

- (A) lhes é vedada a utilização de organização paramilitar, salvo no interesse pontual da comunidade ou da região que representa.
- (B) após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos na Junta Eleitoral mais próxima de sua sede.
- (C) lhes é vedada autonomia para definir o regime de suas coligações eleitorais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
- (D) após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) lhes é assegurada autonomia para definir sua organização, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

23. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, devendo ser observado que

- (A) somente por medida provisória poderá ser criada autarquia, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- (B) a resolução estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (C) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- (D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (E) depende de autorização do judiciário, em cada caso, a criação de subsidiárias de fundação.

24. Sobre os servidores públicos, considere as assertivas abaixo.

- I. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura, e as peculiaridades dos cargos.
- II. O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- III. Medida Provisória, regulamentada por Lei Complementar, disciplinará a aplicação de recursos orçamentários da União provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade do serviço público.
- IV. Aos servidores titulares de cargos efetivos do Distrito Federal não é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

25. É INCORRETO afirmar que compete ao Conselho de Defesa Nacional

- (A) opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos da Constituição Federal.
- (B) exercer a coordenação dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República.
- (C) opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal.
- (D) propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.
- (E) estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

**Direito Eleitoral**

26. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais processar e julgar originariamente
- (A) os crimes eleitorais cometidos pelos seus próprios juízes.
 - (B) o registro e a cassação de registro de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.
 - (C) a suspeição ou impedimento ao Procurador-Geral Eleitoral.
 - (D) o registro e o cancelamento de registro dos diretores estaduais e municipais de partidos políticos.
 - (E) os *habeas corpus*, em matéria eleitoral, relativos a atos de Ministros de Estado.
27. João completou 18 anos de idade; Juan é brasileiro naturalizado; Pedro tem 15 anos de idade e completará 16 anos na data do pleito; Paulo era analfabeto, mas deixou de sê-lo; e Manuel é português e está trabalhando numa empresa no Brasil. É facultativo o alistamento eleitoral de
- (A) Juan e Paulo.
 - (B) Juan e Manuel.
 - (C) Juan e Pedro.
 - (D) Paulo.
 - (E) Pedro.
28. Identificada situação em que um mesmo eleitor possua duas ou mais inscrições liberadas ou regulares, agrupadas ou não pelo batimento, o cancelamento de uma ou mais delas deverá, preferencialmente, recair
- (A) na inscrição mais recente, efetuada contrariamente às instruções em vigor.
 - (B) na inscrição que não corresponda ao domicílio eleitoral do eleitor.
 - (C) naquela cujo título não haja sido entregue ao eleitor.
 - (D) naquela cujo título não haja sido utilizado para o exercício do voto na última eleição.
 - (E) na mais antiga.
29. No sistema da representação proporcional, considera-se quociente partidário para cada partido ou coligação
- (A) a soma dos votos válidos a candidatos de cada partido ou coligação, mais os votos da respectiva legenda.
 - (B) a divisão do número total de votos válidos pelo número de lugares na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais.
 - (C) a divisão pelo quociente eleitoral do número de votos válidos alcançados pela legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.
 - (D) a divisão do número total de votos, incluindo os votos em branco, pelo número de lugares na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais.
 - (E) a divisão do número total de votos, incluindo os votos em branco e os votos nulos, pelo número de lugares na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais.
30. Uma eleição para Prefeito Municipal, em município de mais de duzentos mil habitantes, foi disputada por João, José, Pedro e Paulo. João foi o mais votado, mas não obteve a maioria absoluta dos votos; José faleceu no dia seguinte ao pleito. Pedro e Paulo empataram com o mesmo número de votos. Nesse caso,
- (A) João disputará o segundo turno com o mais idoso entre Pedro e Paulo.
 - (B) Pedro e Paulo disputarão o segundo turno e um terceiro turno com João.
 - (C) João, Pedro e Paulo disputarão o segundo turno.
 - (D) não haverá segundo turno e João será considerado eleito.
 - (E) o pleito será anulado, convocando-se data para novas eleições.
31. NÃO é causa de cancelamento de inscrição
- (A) deixar o eleitor de votar em três eleições consecutivas.
 - (B) a suspensão dos direitos políticos.
 - (C) a perda dos direitos políticos.
 - (D) o falecimento do eleitor.
 - (E) a mudança de residência do eleitor para o exterior.
32. A respeito do sistema eletrônico de votação e totalização dos votos, considere:
- I. A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, sem seguida, os referentes às eleições majoritárias.
 - II. A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto, a identificação da urna em que foi registrado e o nome do eleitor.
 - III. No sistema eletrônico de votação considerar-se-á voto de legenda quando o eleitor assinalar o número do partido no momento de votar para determinado cargo e somente para este será computado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) III.
33. A respeito das coligações, é INCORRETO afirmar:
- (A) A coligação funciona como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.
 - (B) A coligação poderá nomear até cinco delegados perante do Tribunal Superior Eleitoral.
 - (C) Na chapa da coligação podem inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante.
 - (D) Na propaganda para eleição proporcional, a coligação usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.
 - (E) A coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a compõem.



Direito Administrativo e Administração Pública

34. O dever que tem a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite de realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle, traduz o princípio

- (A) da legalidade.
- (B) do julgamento objetivo.
- (C) da vinculação ao instrumento convocatório.
- (D) da adjudicação compulsória.
- (E) do sigilo das propostas.

35. Dentre os motivos que justificam a rescisão do contrato como consequência da sua inexecução total ou parcial, previstas na Lei nº 8.666/93, NÃO se inclui:

- (A) o atraso injustificado no início da obra ou serviço.
- (B) a decretação de falência ou a instauração da insolvência civil.
- (C) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, com justa causa.
- (D) a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, não admitidas no edital e no contrato.
- (E) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

36. Tendo em vista a natureza e as implicações legais do ato de improbidade administrativa, o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente

- (A) está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa apenas se for o inventariante.
- (B) não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa.
- (C) está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa sem limites.
- (D) está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa apenas até a abertura do inventário.
- (E) está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa até o limite do valor da herança.

37. A respeito dos princípios básicos da Administração, é correto afirmar:

- (A) Em razão do princípio da moralidade o administrador público deve exercer as suas atividades administrativas com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- (B) Os princípios da segurança jurídica e da supremacia do interesse público não estão expressamente previstos na Constituição Federal.
- (C) A publicidade é elemento formativo do ato e serve para convalidar ato praticado com irregularidade quanto à origem.
- (D) Por força do princípio da publicidade todo e qualquer ato administrativo, sem exceção, deve ser publicado em jornal oficial.
- (E) O princípio da segurança jurídica permite a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa.

38. A prática, pelo agente público, de ato que excede os limites de sua competência ou atribuição e de ato com finalidade diversa da que decorre implícita ou explicitamente da lei configuram, respectivamente:

- (A) ato redundante e desvio de execução.
- (B) usurpação de função e vício de poder.
- (C) excesso de poder e ato de discricionariedade.
- (D) excesso de poder e desvio de poder.
- (E) falta de poder e excesso de atribuição.

39. No que se refere ao Poder de Polícia, considere as afirmações abaixo.

- I. Tem como meios de atuação os atos normativos e os atos administrativos e operações materiais de aplicação da lei ao caso concreto.
- II. Na área de atuação administrativa, tem por escopo punir os infratores da lei penal.
- III. Possui como atributos a legalidade, a necessidade e a proporcionalidade.
- IV. A licença constitui modalidade de ato de polícia vinculado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

Direito Civil

40. Em um aeroporto estão aguardando para embarcar cinco pessoas: Maria, que possui quinze anos de idade. Joana, que em razão de enfermidade não possui o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil; João que é excepcional, sem desenvolvimento mental completo e Davi possui dezessete anos de idade. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil a

- (A) Maria, a Joana e o Davi.
- (B) Maria, a Joana e o João.
- (C) Maria e o João.
- (D) Joana e o João.
- (E) Maria e a Joana.

41. Considere as assertivas abaixo a respeito das classificações dos bens.

- I. Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- II. Constitui universalidade de fato a pluralidade o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.
- III. Consideram-se imóveis para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- IV. Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.



42. A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor. O adquirente, em regra, decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva. Se já estava na posse, o prazo conta-se da
- (A) alienação, reduzido em um terço.
 - (B) imissão na posse, reduzido à metade.
 - (C) alienação, acrescido de um terço.
 - (D) imissão na posse, acrescido de um terço.
 - (E) alienação, reduzido à metade.

Direito Processual Civil

43. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando
- (A) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
 - (B) for parente afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau.
 - (C) alguma das partes for sua credora ou devedora ou de seu cônjuge.
 - (D) for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
 - (E) aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio.

-
44. Considere as assertivas abaixo a respeito das cartas.

- I. Cumprida a carta, será devolvida ao juízo de origem, no prazo de 30 dias, mediante traslado e pagamento das custas pela parte.
- II. A carta tem caráter itinerante; antes ou depois de lhe ser ordenado o cumprimento, poderá ser apresentada a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato.
- III. Quando o objeto da carta for exame pericial sobre documento, este será remetido em cópia fotográfica de alta resolução, ficando nos autos o documento original.
- IV. A carta de ordem, carta precatória ou carta rogatória pode ser expedida por meio eletrônico, situação em que a assinatura do juiz deverá ser eletrônica, na forma da lei.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) II, III e IV.
-
45. Com relação ao recurso de apelação é INCORRETO afirmar:
- (A) Ficam submetidas ao tribunal as questões anteriores à sentença, ainda não decididas.
 - (B) Serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.
 - (C) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.
 - (D) Recebida a apelação em ambos os efeitos, o juiz não poderá inovar no processo.
 - (E) Apresentada a resposta, é facultado ao juiz, em dez dias, o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso.

-
46. Considere as seguintes assertivas a respeito das modificações da competência:

- I. A competência em razão da matéria poderá modificar-se pela conexão.
- II. Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto as partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- III. A competência em razão da hierarquia é inderrogável por convenção das partes.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.



47. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas
- (A) ficará inabilitado, por dois anos, a funcionar em outras perícias.
- (B) ficará inabilitado, por um ano, a funcionar em outras perícias.
- (C) ficará inabilitado, por cinco anos, a funcionar em outras perícias.
- (D) ficará inabilitado a funcionar em qualquer perícia por prazo indeterminado.
- (E) não ficará inabilitado a funcionar em outras perícias.

Direito Penal

48. Não constitui causa de aumento da pena do roubo, prevista no Código Penal
- (A) a participação de organização criminosa.
- (B) a restrição de liberdade da vítima, mantida em poder do agente.
- (C) o emprego de arma para o exercício da violência ou grave ameaça.
- (D) a subtração de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior.
- (E) o concurso de duas ou mais pessoas.

49. De acordo com o Código Penal, são inimputáveis
- (A) os que cometem o crime sob emoção ou paixão.
- (B) aqueles que cometem o crime em legítima defesa, estado de necessidade ou estrito cumprimento do dever legal.
- (C) apenas os menores de 18 (dezoito) anos.
- (D) aqueles que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, eram inteiramente incapazes de determinarem-se de acordo com o entendimento da ilicitude do fato.
- (E) aqueles que, em virtude de perturbação de saúde mental, não eram inteiramente capazes de entender o caráter ilícito do fato.

50. De acordo com a Lei nº 8.137/90, são circunstâncias que podem agravar as penas previstas para os crimes contra a Ordem Tributária, a Economia e as Relações de Consumo, praticados por particulares, dentre outras,
- (A) valer-se de posição dominante no mercado para elevar, sem justa causa, o preço de bem ou serviço.
- (B) estabelecer monopólio com a finalidade de eliminar a concorrência.
- (C) praticar o crime em relação à prestação de serviços essenciais à vida ou à saúde.
- (D) cometer o crime em detrimento de pessoa maior de 70 (setenta) anos.
- (E) ocasionar prejuízo à sociedade controlada pelo Poder Público.

Direito Processual Penal

51. Na hipótese de crime cometido por duas ou mais pessoas, em concurso, a competência será determinada pela
- (A) natureza da infração.
- (B) conexão.
- (C) distribuição.
- (D) continência.
- (E) prevenção.

52. Sobre o inquérito policial, é INCORRETO afirmar que

- (A) a pessoa que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial.
- (B) após concluído e remetido ao Juízo Criminal, os instrumentos do crime permanecerão sob a custódia da Polícia Civil, ficando à disposição do Juiz durante o período em que tramitar a ação penal.
- (C) nos crimes de ação privada, somente poderá ser instaurado após requerimento formulado por quem tenha qualidade para intentá-la.
- (D) a vítima e o indiciado poderão requerer diligências, que a autoridade policial não estará obrigada a realizar.
- (E) poderá ser devolvido pelo Ministério Público à autoridade policial se houver a necessidade de novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

53. Nos termos do Estatuto do Servidor Público é INCORRETO que a responsabilidade
- (A) penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- (B) civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- (C) civil pela reparação do dano não se estende aos sucessores do servidor.
- (D) civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- (E) administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
54. Quanto às penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112/90, considere:

- I. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.
- II. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- III. A destituição de cargo em comissão exercido por ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de advertência e suspensão.
- IV. O prazo de prescrição da ação disciplinar começa a correr da data em que o autor se tornou conhecido, não se interrompendo pela abertura de sindicância, mas apenas pela instauração de processo disciplinar.
- V. O cancelamento das penalidades de advertência, suspensão e demissão, surtirá efeitos retroativos à data da sua aplicação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) III e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, IV e V.

**Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas**

55. É certo que o Diretor Geral, por delegação, tem a prerrogativa de
- (A) proceder, em relação a determinados certames licitatórios, a assinatura dos respectivos contratos administrativos.
 - (B) decidir a realização de concurso para provimento de cargos da Secretaria do Tribunal e homologar os resultados.
 - (C) fixar o horário das sessões ordinárias, dando a necessária e ampla publicidade de eventuais alterações.
 - (D) assegurar a preferência do serviço eleitoral sobre qualquer outro que deva se realizar no Estado.
 - (E) decidir sobre a dispensa da função eleitoral dos Juízes de Direito, após o encerramento definitivo das eleições.

56. NÃO é atribuição do Corregedor Regional Eleitoral, dentre outras,
- (A) investigar se no âmbito da jurisdição dos juízos eleitorais de primeira instância, há crimes eleitorais a reprimir e se as denúncias já oferecidas tem curso normal.
 - (B) impor penas disciplinares aos servidores da Secretaria, na forma da lei e decidir sobre pedido de entrega ou substituição de documentos do Tribunal.
 - (C) aplicar ao Chefe do Cartório a pena disciplinar de advertência ou suspensão, conforme e gravidade da falta, com recurso para o Tribunal.
 - (D) presidir a procedimento administrativo determinado pelo Tribunal contra Juízes Eleitorais, ou delegar essa atribuição a qualquer Membro do Tribunal.
 - (E) relatar os processos criminais eleitorais instaurados contra Juízes Eleitorais e presidir a respectiva instrução.

Administração Financeira e Orçamentária

57. O art. 165 da Constituição Federal de 1988 estabelece os três instrumentos de planejamento e orçamento das ações governamentais: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Sobre as disposições constitucionais e aquelas contidas na Lei Complementar nº 101/2000 relativas a tais instrumentos, considere:

- I. O PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para a totalidade das despesas correntes e de capital.
- II. A LDO conterá Anexo de Metas Fiscais, cuja finalidade é avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- III. A LOA da União apresentará as receitas tributárias líquidas dos valores transferidos para municípios e estados por determinação constitucional.
- IV. A LDO e a LOA poderão conter autorização para que os municípios contribuam para o custeio de despesas de competência de outros entes da federação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) III e IV.
- (E) IV.

58. Uma despesa classificada no grupo Inversões Financeiras é aquela oriunda

- (A) de juros sobre a dívida por contrato.
- (B) da aquisição de material de consumo.
- (C) da constituição de capital de empresas comerciais.
- (D) da construção de bem imóvel.
- (E) do resgate do principal da dívida contratual.

59. Em 01/12/X8, a Secretaria de Educação empenhou despesa em dotação orçamentária própria para a aquisição de microcomputadores. No dia 31/12/X8, os equipamentos ainda não haviam sido entregues e a administração pública municipal resolveu cancelar o empenho e não inscrevê-lo em Restos a Pagar. Todavia, no início do exercício seguinte, o fornecedor entregou a mercadoria conforme havia contratado com a prefeitura. Neste caso, o ordenador de despesa deveria

- (A) solicitar a reversão do registro da anulação da despesa ao setor de contabilidade.
- (B) solicitar a inscrição de restos a pagar de exercícios anteriores e, posteriormente, o pagamento ao credor.
- (C) empenhar despesa com material permanente e, posteriormente, solicitar o pagamento ao credor.
- (D) empenhar despesa de exercícios anteriores no orçamento de capital e, posteriormente, solicitar o pagamento ao credor.
- (E) empenhar despesa de exercícios anteriores no orçamento corrente e, posteriormente, solicitar o pagamento ao credor.

60. Em 31/12/X1, a Prefeitura Y possuía as seguintes contas com seus respectivos saldos no Sistema Financeiro:

Aplicações Financeiras	R\$ 500.000,00
Restos a Pagar Processados	R\$ 150.000,00
Restos a Pagar não Processados	R\$ 95.000,00
Consignações	R\$ 2.000,00
Disponível	R\$ 2.500,00

Durante o exercício de X2, ano eleitoral, o município arrecadou receitas no valor de R\$ 2.500.000,00. Além disso, no final do exercício apresentava despesas liquidadas e pagas de 2.000.000,00, despesas liquidadas e não pagas de R\$ 600.000,00 e despesas empenhadas e não liquidadas de 500.000,00. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o valor máximo a ser inscrito em Restos a Pagar, em reais, é

- (A) 100.000,00.
- (B) 255.500,00.
- (C) 355.500,00.
- (D) 600.000,00.
- (E) 755.500,00.

